

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 037/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RESTABELECIMENTO DE PONTE PÊNSIL ENTRE OS BAIRROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 01/04/2025.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 10h00min do dia 12/05/2025.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h01min do dia 12/05/2025.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico:
<https://comprasbr.com.br/>

VALOR TOTAL: R\$413.243,83

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria de Infraestrutura

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 86.03.1072.4490.5198 e demais dotações conforme orçamento vigente.

1 PREÂMBULO

1.1 A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. MANOEL ARISOLI PEREIRA, acha-se aberta a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 037/2025, tipo de licitação a de “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, que será processada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 11.582/2023, Decreto Municipal nº 11.644/2023 e pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

1.2 AS PROPONENTES DEVERÃO EXAMINAR CUIDADOSAMENTE AS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO DESTES EDITAL, DANDO ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS PARA OS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, FICANDO CIENTES DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS.

1.3 A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) será de responsabilidade exclusiva dos licitantes interessados.

1.4 Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

2 DO OBJETO

2.2 Este edital refere-se à contratação de empresa especializada para restabelecimento de ponte pênsil entre os bairros Jardim América e Santa Galo, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura do Município de Rio do Sul/SC, conforme projeto básico e demais anexos deste Edital.

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Valor Máx. Unitário	Valor Máx. Total
1	1	U	Contratação de empresa especializada para executar obras de reestabelecimento de ponte pênsil, entre Bairros: Jardim América e Santa Galo, no município de Rio do Sul/SC	R\$413.243,83	R\$413.243,83

2.3 Fica estabelecida a **execução indireta do tipo MENOR PREÇO GLOBAL;**

2.4 Constituem anexos deste edital:

Anexo I – Minuta de Termo de Contrato

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

Anexo III – Projeto Básico

3 DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 DAS CONDIÇÕES:

3.1.1 Esta licitação está aberta a **todas as pessoas jurídicas** que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

3.2 DAS RESTRIÇÕES:

3.2.1 *NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO*

3.2.1.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), ou ainda legislação específica ao objeto ora contratado;

3.2.1.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;

3.2.1.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.1.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.1.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.1.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.1.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.1.8 Empresa sob falência, que se encontra sob concurso de credores, em dissolução, em liquidação, ou em recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiros estabelecidos neste edital;

3.2.1.9 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Rio do Sul;

3.2.1.10 Agente público do Município de Rio do Sul.

3.2.2 O impedimento de que trata o subitem 3.2.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.3 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.4 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.5 O disposto nos subitens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.6 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2.7 A vedação de que trata o item 3.2.1.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dos licitantes interessados ocorrerá pela atribuição de chaves de identificação e de senha pessoal e intransferível diretamente no portal do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade, através do sítio eletrônico <https://comprasbr.com.br/>;

4.2 A responsabilidade pelo credenciamento junto ao portal do Sistema de Compras utilizado pelo Município, será exclusiva do licitante interessado.

5 DAS PROPOSTAS DE PREÇOS



Rio do Sul

5.1 Os licitantes interessados encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

5.2 A etapa de que trata o subitem anterior será encerrada com a abertura da sessão pública;

5.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.4 O número de casas decimais após a vírgula, serão definidos previamente no cadastramento da licitação no portal do Sistema Eletrônico de Compras;

5.5 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.5.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.5.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5.5 que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da presente licitação, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes OU que vistoriou o local onde serão executados os respectivos serviços, objeto da presente licitação, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes.

5.5.5.1 A visita é indicada para o conhecimento de todas as implicações do objeto, tais como obstáculos que possam influenciar no bom cumprimento do projeto ou da execução. No entanto, não é obrigatória, caso a licitante opte por não visitar, ela deverá se declarar ciente e responsável



Rio do Sul

por tais implicações, não podendo arguir futuramente o desconhecimento das condições existentes. A visita deverá ser com agendamento prévio através do número (47) 3531-1336, até o 5º (quinto) dia útil que antecede a abertura da sessão.

5.6 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

5.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.



Rio do Sul

5.13 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o Município de Rio do Sul, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.16 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Poderá ser desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

6.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, em campo próprio, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



Rio do Sul

6.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.11 O licitante poderá oferecer lances sucessivos superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital.

6.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de **R\$100,00 (cem reais)**.

6.12.1 O intervalo mínimo de que trata o subitem anterior incidirá apenas em relação ao último lance ofertado pelo próprio licitante.

6.13 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance válido e registrado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances registrados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, na plataforma eletrônica de sistema de compras adotada.

6.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Rio do Sul

6.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, sendo a primeira colocada empresa de maior porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4 No caso de propostas empatadas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas, de forma automática pelo sistema de compras, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.22.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, observado o disposto no art. 66 do Decreto Municipal n. 11.582/2023;

6.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



Rio do Sul

6.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2 empresas brasileiras;

6.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22.3 Esgotados os critérios elencados nos itens 6.22.1 e 6.22.2, ou não sendo possíveis de verificação, ou ainda, não sendo possível a sua aplicação pelo sistema de compras utilizado, permanecendo o empate, será realizado sorteio de forma automática pelo sistema de compras.

6.23 Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá negociar com o primeiro colocado condições mais vantajosas, podendo oferecer contraproposta.

6.23.1 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado em ata.

6.24 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de TRÊS HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.24.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

6.24.1.1 a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24.1.2 de ofício, pelo Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos complementares a proposta exigidos no edital.

6.25 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 3.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.2 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

7.3 Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e aos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

7.4 Poderá ser desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 contiver vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 No caso de obras e serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.5.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.2 Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.6.1 O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à habilitação fiscal, social e trabalhista; e
- IV - à habilitação econômico-financeira.

8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1.1 Deverá apresentar o ato constitutivo (Contrato Social / Requerimento de Empresário / Estatuto Social + Ata de Posse dos Diretores / Decreto de autorização de Funcionamento para empresas estrangeiras instaladas no Brasil) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, no qual estejam expressos os poderes dos representantes legais da empresa.

8.1.1.2 Deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) - quando tratar-se de MEI (Micro Empreendedor Individual).

8.1.1.3 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.1.1.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.2.1 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (licitante) no Conselho de Classe competente DO DOMICÍLIO OU SEDE do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, com indicação do responsável técnico;

8.1.2.1.1 No caso de a empresa licitante não ser registrada em Conselho de Classe de Santa Catarina, deverá ser providenciado o visto deste órgão regional por ocasião da assinatura do Contrato;

8.1.2.2 Certidão de Registro de Pessoa Física do responsável técnico no Conselho de Classe Competente, comprovando o registro ou inscrição do profissional na entidade profissional competente.

8.1.2.3 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Apresentar pelo menos 01 (um) atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da



Rio do Sul

licitação – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por **pessoa jurídica** de direito público ou privado, em nome da licitante, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante, afirmando e comprovando a licitante já ter fornecido satisfatoriamente serviços em:

Item	Quantidade Licitada	Quantidade Exigida no(s) Atestado(s)
Montagem de cabos de aço de pendurais	604	302

a) O(s) atestado(s) somente será(ão) aceito(s) se houver a indicação do número de ART/RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado;

b) No(s) atestado(s) deverá(ão) constar também o endereço completo, inclusive eletrônico, bem como número de telefone, se houver, do órgão/pessoa emitente, para eventuais esclarecimentos;

c) Poderá ser apresentado 01 atestado para cada item ou 01 atestado englobando vários itens;

d) Será permitido o somatório de atestados;

e) Não serão aceitos atestados técnicos relativos à supervisão, fiscalização, elaboração de projeto e/ou subcontratação de serviços;

e.1) Não serão considerados como serviços de subcontratação àqueles contratados por empresas que tenha como finalidade apenas a administração da obra;

e.1.1) Nestes casos, solicita-se que, preferencialmente, seja apresentado o ato constitutivo da empresa administradora;

f) Caso a empresa licitante apresente atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, solicita-se que, preferencialmente, sejam apresentados contratos, projetos com aprovação dos órgãos competentes, notas fiscais dos serviços executados e o que mais entender pertinente, a fim de propiciar análise mais acurada pelo Agente de Contratação e pela área técnica do Município de Rio do Sul/SC.

8.1.2.4 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL: Exige-se comprovação da licitante de possuir em seu quadro, pelo menos 01 (um) profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço, mediante apresentação de CAT (Certidão de Acervo Técnico), em nome do profissional indicado em:



Rio do Sul

Item	Quantidade Licitada	Quantidade Exigida no(s) Atestado(s)
Montagem de cabos de aço de pendurais	604	302

- a) Será possível a apresentação de mais de um profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico, desde que o(s) acervo(s) por ele apresentado(s) atinja(m) a quantidade mínima exigida de cada item individualmente;
- b) Será possível a utilização de acervo de todos os profissionais apresentados para obediência ao subitem 8.1.2.4, desde que respeitada a indicação inscrita no subitem “a”;
- c) Não será permitido o somatório de Certidões de Acervo Técnico de profissionais diferentes para atingir as quantidades indicadas em cada item de forma individual;
- d) O profissional solicitado no item 8.1.2.4 deverá comprovar o vínculo com a licitante por meio dos seguintes documentos, conforme o caso:
- d.1) No caso de o profissional ser funcionário da licitante: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (páginas da identificação profissional e do Contrato de Trabalho), acompanhada de cópia do livro ou Ficha do Registro de Emprego (FRE), ou;
- d.2) No caso de Profissional Liberal/Autônomo contratado pela licitante: Cópia do contrato de prestação de serviços em vigor e com vigência mínima durante o prazo de contratação deste Edital ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho de Classe Competente, com validade na data de entrega dos envelopes, indicando o profissional como um dos responsáveis técnicos;
- d.3) Caso o profissional seja proprietário/sócio da empresa licitante, tal comprovação será desnecessária visto que já é feita através do ato constitutivo apresentado na Habilitação Jurídica;
- e) Se o detentor da CAT (Certidão de Acervo Técnico) solicitada no subitem 8.1.2.4, for diferente do profissional indicado no subitem 8.1.2.2, deverá apresentar certidão atualizada de registro de pessoa física expedida pelo Conselho Regional de Classe Competente (conforme o caso);
- f) O profissional detentor da CAT apresentada deverá ser o profissional responsável técnico da obra objeto do presente edital;
- g) Ocorrendo a situação indicada no subitem “a”, todos os profissionais serão corresponsáveis pela obra, sendo indicada a participação de todos quando da emissão de ART ou RRT de execução do objeto do presente edital.

8.1.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.1.3.1 Apresentar Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

8.1.3.2 Apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda;

8.1.3.3 Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.1.3.4 Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.1.3.5 Apresentar Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.3.6 Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.1) Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

a.2) Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá ser apresentado, junto com a Certidão Positiva, o plano de recuperação judicial, devidamente aprovado e homologado pelo juízo competente, em plena vigência (ou outro documento/certidão, emitido pela instância judicial competente, certificando assim a aptidão econômica e financeira para participar do certame.

b) Prova de Capital Social ou Patrimônio Líquido, igual ou superior no valor de 10% (dez por cento) do orçamento global;

8.2 Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

8.3 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

8.4 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de TRÊS HORAS, contado da solicitação do Agente de Contratação, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no subitem 6.24.1.

8.5 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação:**

- a) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e
- b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.4.

8.10 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.11 DOCUMENTOS MATRIZ/FILIAL



Rio do Sul

8.11.1 Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com o nº do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

- a) Se, o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o nº do CNPJ da matriz, ou;
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta da Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto a Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório para a centralização, ou;
- c) Serão dispensados da apresentação de documentos com o nº do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidas somente em nome da matriz.

8.12 CONSÓRCIO

8.12.1 As empresas consorciadas deverão apresentar:

8.12.1.1 Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito por todas elas, no qual deverá constar:

- a) indicação da empresa líder, que será responsável principal perante o MUNICÍPIO, que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução do objeto, até o término do contrato com a contratante. Em se tratando de consórcio com empresa estrangeira a liderança deverá caber à empresa brasileira;
- b) compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob consórcio, em relação à licitação, e posteriormente, ao eventual contrato, até seu recebimento definitivo;
- c) compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da contratante, até o recebimento definitivo do objeto do contrato;
- d) compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros.;
- e) compromisso e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto desta licitação;

f) duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo do contrato, se este vier a ser firmado;

g) declaração expressa dos consorciados de que, por ocasião da eventual assinatura do contrato, providenciarão o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, a respectiva publicação da certidão de arquivamento e atenderão ao disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, bem como o registro no CNPJ.

8.12.2 DA HABILITAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS

8.12.2.1 Cada membro do consórcio deverá satisfazer individualmente as condições de habilitação jurídica, habilitação fiscal, social e trabalhista e habilitação econômico-financeira (itens 8.1.1, 8.1.3 e 8.1.4).

8.12.2.2 O Capital Social ou Patrimônio Líquido poderá ser comprovado pelo somatório ponderado (proporcional à participação de cada consorciado) dos valores apresentados individualmente pelos consorciados.

8.12.2.3 Na Qualificação Técnica Operacional e Profissional será permitido o somatório de atestados e acervos das empresas consorciadas para a composição de uma mesma alínea e/ou alíneas diferentes.

9 DOS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido em sessão, de forma imediata após o ato de habilitação ou inhabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

9.3 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



Rio do Sul

9.6 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 O recurso, que será único, poderá tratar de todos os atos já praticados, inclusive aprovação ou reprovação de amostras ou prova de conceito.

10 DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

10.2 A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

11 DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

11.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar digitalmente o termo de contrato ou a ata de registro de preços, no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da data em que for convocado para tal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

11.2 A convocação será feita através de correspondência eletrônica (e-mail) ou, ainda, comunicação postal (AR), nos casos em que o licitante vencedor não possuir assinatura digital certificada;

11.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.4 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

11.5 Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do **11.4**, a Administração, observados o valor estimado, poderá:



Rio do Sul

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6 As convocações de que tratam os subitens 11.4 e 11.5 serão realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail).

11.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

11.8 A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.4.

11.9 No caso de rescisão do contrato ou da ata de registro de preços, a convocação dos próximos licitantes seguirá as regras dos subitens 11.4 e 11.5.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, quando solicitada;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Rio do Sul

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.



Rio do Sul

12.4.1 Para as infrações previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Rio do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Rio do Sul

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) Em campo próprio do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade;
- b) Através dos endereços eletrônicos ina.zanella@riodosul.sc.gov.br ou odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br.

13.3 O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do estudo técnico preliminar e/ou do termo de referência.

13.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site oficial do Município de Rio do Sul/SC e divulgadas também na plataforma eletrônica de sistema de compras.

13.5 As impugnações e pedidos de esclarecimento não possuem efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Rio do Sul

14.1 A ata da sessão pública será divulgada e ficará disponível no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

14.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.8 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://riodosul.atende.net>.

14.9 Fica eleito o foro da comarca de Rio do Sul/SC, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

Rio do Sul, 28 de março de 2025.

MANOEL ARISOLI PEREIRA
Prefeito Municipal

FERNANDO CÉSAR SOUZA
Secretário de Infraestrutura

**MINUTA DO CONTRATO Nº .../2025, QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO
DO SUL E (PROPONENTE VENCEDOR)**

Pelo presente instrumento, de um lado, o **Município de Rio do Sul**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MANOEL ARISOLI PEREIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado **(PropONENTE VENCEDOR)**, inscrito no CNPJ/MF sob nº, com sede na, nº, bairro, na cidade de, CEP, representado neste ato por seu (sócio administrador OU procurador), (nome), doravante denominado CONTRATADO, em observância às disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica n. 037/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para restabelecimento de ponte pênsil entre os bairros Jardim América e Santa Galo, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura do Município de Rio do Sul/SC, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Projeto Básico;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do Contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



Rio do Sul

2.1. **PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO:** O prazo máximo para fornecimento dos materiais e execução dos serviços e obras será de até 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento da ordem de serviço;

2.1.1. Quando do recebimento da ordem de serviço, a empresa terá no máximo 02 (dois) dias úteis para dar início aos trabalhos. A emissão da ordem de serviço se dará em até no máximo 45 (quarenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato.

2.1.2. Serão excluídos os dias não trabalháveis devidamente registrados no Diário de Obras, expondo claramente o motivo da paralisação, desde que vistados pela fiscalização.

2.2. **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, a critério da Administração, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Não será admitido pagamento adiantado de serviço ou obra não realizados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes itens orçamentários: e demais dotações conforme orçamento vigente.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO



Rio do Sul

5.1. Os pagamentos pela prestação de serviços serão devidos, observadas as seguintes condições:

a) De conformidade com o cronograma físico-financeiro proposto e adimplida a obrigação avençada, a Contratada solicitará à Secretaria demandante a respectiva medição.

b) O pagamento será efetuado num prazo de até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

b.1) Relatório de Medição assinado pela fiscalização ou pelo profissional responsável da Secretaria demandante ou seu designado;

b.2) A fiscalização poderá ser feita por empresa contratada pelo Município;

b.3) Vistoria da Obra por parte de Técnico do órgão fiscalizador;

b.4) Aprovação da Etapa e Liberação dos Recursos por parte da mandatária do convênio (se for o caso);

b.5) Apresentação da Relação de empregados (incluindo-se os subcontratados);

b.6) Apresentação da Relação das empresas subcontratadas;

b.7) Apresentar todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, inclusive dos subcontratados relativos ao período;

b.8) Retenção de 11% a título de INSS, atendendo ao disposto da Lei nº 9.711/98;

b.9) Retenção de 2% a título de ISS, atendendo a Lei Complementar nº 110/2003;

b.10) Nota Fiscal vista pelo(a) Secretário(a) da Secretaria demandante, ou pelo seu designado.

5.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE) de correção monetária.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE



Rio do Sul

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data-base do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. **O reajuste será precedido de solicitação do contratado.**

6.4. **A concessão do reajuste de preços dos contratos deverá ser autorizada pelo gestor da Unidade Demandante.**

6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.6. Quando o termo inicial do interregno de 12 (doze) meses coincidir com o primeiro dia do mês ou no caso de indisponibilidade do índice de reajuste pactuado, será aplicada a metodologia de recuo de mês e os reajustes subsequentes ocorrerão nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

6.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.10. O reajuste será realizado por termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

7.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico e demais documentos, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

8.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

8.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

8.1.2.1. Serviços iniciais.

8.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

8.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

8.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



Rio do Sul

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.13. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;



Rio do Sul

9.14. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Município, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



Rio do Sul

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



Rio do Sul

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

10.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.



Rio do Sul

- 10.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço ou obra.
- 10.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 10.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 10.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 10.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 10.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 10.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação, em plena validade.
- 10.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 10.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com



Rio do Sul

vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.38. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.38.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

10.38.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

10.38.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.38.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.38.5. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

10.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:



Rio do Sul

10.39.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

10.39.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

10.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

10.42. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10.43. É de responsabilidade do CONTRATADO a emissão da ART/RRT correspondente a obra contratada, e o pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos devidos.

10.44. Providenciar o Cadastro Nacional de Obras do INSS/RFB (CNO) no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da ordem de serviço, devidamente assinada pelo profissional responsável e registrada junto ao Conselho Competente (CREA/CAU ou outro Conselho Competente), relativamente aos serviços prestados, abrangendo toda a execução contratual. A anotação e o registro junto ao CREA/CAU ou a outro Conselho Competente ficarão às expensas do CONTRATADO.



Rio do Sul

10.45. Fornecer materiais e serviços de acordo com as normas da ABNT-NBR;

10.46. Fornecer e instalar as placas de sinalização de obras (conforme Resolução 160/2004 - CONTRAN), que consistem num conjunto de placas e dispositivos com características visuais próprias, cuja função principal é garantir a segurança dos usuários e trabalhadores e a fluidez do tráfego nas áreas afetadas por intervenções temporárias decorrentes da execução contratual.

10.46.1. Esta sinalização tem por finalidade:

- a) Advertir corretamente todos os usuários sobre a intervenção; fornecer informações precisas, claras e padronizadas;
- b) Regulamentar a circulação para reduzir os riscos de acidentes e congestionamentos;
- c) Assegurar a continuidade dos caminhos e os acessos às edificações lindeiras;
- d) Orientar sobre novos caminhos/desvios;
- e) Proteger a obra, os trabalhadores e os usuários da via em geral;
- f) Diminuir o desconforto causado aos moradores e à população em geral na área afetada pela intervenção;

10.46.2. Quaisquer dúvidas sobre a sinalização poderão ser sanadas junto ao Departamento de Trânsito na Secretaria de Gestão de Governo de Rio do Sul/SC.

10.47. Informar a Secretaria de Gestão de Governo, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para o caso da necessidade de interrupção no tráfego das vias ou no fornecimento de serviços urbanos básicos;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

12.1.1. Poderá ser exigida garantia adicional do contratado cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos moldes do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.4.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.4.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

12.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.4, observada a legislação que rege a matéria.

12.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, com correção monetária.

12.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.12. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.13. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.16. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



Rio do Sul

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4. **Multa:**

13.2.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.2.4.3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e demais transgressões previstas no subitem 13.1.



Rio do Sul

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



Rio do Sul

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, ou outra que vier a substituí-la.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



Rio do Sul

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se disserem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Rio do Sul

16.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio do Sul, xx de xxxxxxxx de 2025.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Manoel Arisoli Pereira
CONTRATANTE

(PROPONENTE VENCEDOR)

xxxxxxxxxxxxxx
CONTRATADO



Rio do Sul

ANEXO II

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 037/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Rio do Sul

ANEXO III

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 037/2025

PROJETO BÁSICO



1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 625.XXX.XXX-15
Nº do Registro: 000A868760

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI14758277I00CT001
Data de Cadastro: 17/09/2024
Data de Registro: 20/09/2024

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$119,61 Boleto nº 20928574 Pago em: 20/09/2024

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: Prefeitura Municipal de Rio do Sul
Tipo: Órgão Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$1.000,00

CPF/CNPJ: 83.XXX.XXX/0001-06
Data de Início: 17/09/2024
Data de Previsão de Término: 31/01/2025

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: PRAÇA
Logradouro: 25 de julho
Bairro: CENTRO

CEP: 89160000
Nº: 01
Complemento: SEC DE INFRAESTRUTURA
Cidade/UF: RIO DO SUL/SC

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.1.3 - Projeto arquitetônico de reforma
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.7.2 - Caderno de especificações ou de encargos
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.7.3 - Orçamento
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.7.4 - Cronograma

Quantidade: 204,00
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 204,00
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 204,00
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 204,00
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Projeto de reforma e RECONSTRUÇÃO DE PONTE PÊNSIL (120X1,70) PASSARELA PARA PEDESTRES -TRAVESSA ROMÃO MAÇANEIRO / Reparo/reforma em ponte pênsil para restabelecimento de trafegabilidade entre os bairros Canta Galo e Jardim América /Rio do Sul-SC. O projeto e orçamento foram feitos com base no plano de trabalho aprovado REC-SC-4214805-20240109-01.



3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI14758277I00CT001	Prefeitura Municipal de Rio do Sul	INICIAL	17/09/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO, registro CAU nº 000A868760, na data e hora: 2024-09-17 15:21:07, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).





Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 625.XXX.XXX-15
Nº do Registro: 000A868760

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI14758634I00CT001
Data de Cadastro: 17/09/2024
Data de Registro: 20/09/2024

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$119,61 Boleto nº 20928914 Pago em: 20/09/2024

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE**3.1 Serviço 001**

Contratante: Prefeitura Municipal de Rio do Sul
Tipo: Órgão Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$1.000,00

CPF/CNPJ: 83.XXX.XXX/0001-06
Data de Início: 17/09/2024
Data de Previsão de Término: 31/01/2025

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: PRAÇA
Logradouro: 25 de julho
Bairro: CENTRO

CEP: 89160000
Nº: 01
Complemento: SEC DE INFRAESTRUTURA
Cidade/UF: RIO DO SUL/SC

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO	Quantidade: 448,40
Atividade: 1.7.2 - Caderno de especificações ou de encargos	Unidade: metro quadrado
Grupo: PROJETO	Quantidade: 448,40
Atividade: 1.7.3 - Orçamento	Unidade: metro quadrado
Grupo: PROJETO	Quantidade: 448,40
Atividade: 1.7.4 - Cronograma	Unidade: metro quadrado
Grupo: PROJETO	Quantidade: 448,40
Atividade: 1.1.3 - Projeto arquitetônico de reforma	Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Projeto de reforma e RECONSTRUÇÃO DE PONTE PÊNSIL (118X3,80) PASSARELA PARA PEDESTRES - RUA PONTE PENSIL / Reparo/reforma em ponte pênsil para restabelecimento de trafegabilidade entre os bairros Bremer e Navegantes / Rio do Sul-SC. O projeto e orçamento foram feitos com base no plano de trabalho aprovado REC-SC-4214805-20240109-01.

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil**RRT 14758634**

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI14758634I00CT001	Prefeitura Municipal de Rio do Sul	INICIAL	17/09/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO, registro CAU nº 000A868760, na data e hora: 2024-09-17 15:49:34, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).



**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil**RRT 14758458**

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 625.XXX.XXX-15
Nº do Registro: 000A868760

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI14758458I00CT001
Data de Cadastro: 17/09/2024
Data de Registro: 20/09/2024

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$119,61 Boleto nº 20928682 Pago em: 20/09/2024

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE**3.1 Serviço 001**

Contratante: Prefeitura Municipal de Rio do Sul
Tipo: Órgão Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$1.000,00

CPF/CNPJ: 83.XXX.XXX/0001-06
Data de Início: 17/09/2024
Data de Previsão de Término: 31/01/2025

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: PRAÇA
Logradouro: 25 de julho
Bairro: CENTRO

CEP: 89160000
Nº: 01
Complemento: SEC DE INFRAESTRUTURA
Cidade/UF: RIO DO SUL/SC

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.1.3 - Projeto arquitetônico de reforma
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.7.2 - Caderno de especificações ou de encargos
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.7.4 - Cronograma
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.7.3 - Orçamento

Quantidade: 471,20
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 471,20
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 471,20
Unidade: metro quadrado
Quantidade: 471,20
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Projeto de reforma e RECONSTRUÇÃO DE PONTE PÊNSIL (124X3,80) PASSARELA PARA PEDESTRES - RUA VEREADOR ANTONIO CAVILHA / reparo em ponte pênsil, para restabelecimento de trafegabilidade entre os Bairros Bremer e Itoupava, Rio do Sul, SC. O projeto e orçamento foram feitos com base no plano de trabalho aprovado REC-SC-4214805-20240109-01



3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI14758458I00CT001	Prefeitura Municipal de Rio do Sul	INICIAL	17/09/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO, registro CAU nº 000A868760, na data e hora: 2024-09-17 15:29:24, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Administração Local de Obra

Instruções /Atenção!

Preencha as células com o valor correspondente →

Informações Gerais

Descrição: RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL

Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ ÁÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO SANTA GALO

Resumo Administração Local de Obra

Grupo	Descrição	Valor (R\$)
1	Canteiro de Obras	-
2	Custo Equipe de Gestão	64.731,56
3	Custos Diversos	-
TOTAL		64.731,56

Descrição			Quantidade	Área	Unidade	R\$ / unidade	TOTAL
1	Canteiro de Obras						R\$ 0,00
1	1	Canteiro de Obras					R\$ 0,00
1	1	1	Aluguel de Área				0,00
1	1	2	Terraplenagem do Canteiro				0,00
1	1	3	Encascalhamento de Circulação				0,00
1	2	Edificações					R\$ 0,00
1	2	1	Escritório				0,00
1	2	2	Ambulatório				0,00
1	2	3	Almoxarifado 93208 SINAPI				0,00
1	2	4	Depósito de Cimento				0,00
1	2	5	Carpintaria				0,00
1	2	6	Armação				0,00
1	2	7	Refeitório 93210 SINAPI				0,00
1	2	8	Reservatório Para Central				0,00
1	2	9	Guarita				0,00
1	2	10	Oficina				0,00
1	2	11	Fiscalização				0,00
1	2	12	Subempreiteiros				0,00
1	2	13	Sanitários				0,00
1	2	14	Vestiário				0,00
1	2	15	Banheiro 93212 SINAPI		m2		0,00
1	3	Instalações Externas do Canteiro de Obras					R\$ 0,00
1	3	1	Águas Pluviais				0,00
1	3	2	Esgoto		un		0,00
1	3	3	Hidráulica		un		0,00
1	3	4	Elétrica		un		0,00
1	3	5	Tapume (Cercas)				0,00
1	3	6	Sistema de combate Incêndio				0,00
1	4	Alojamento					R\$ 0,00
1	4	1	Aluguel de Área				0,00
1	4	2	Terraplanagem da Área				0,00
1	4	3	Encascalhamento:				0,00
1	5	Edificações					R\$ 0,00
1	5	1	Alojamento Para Operários				0,00
1	5	2	Sanitários				0,00
1	5	3	Cantina				0,00
1	5	4	Casa de Visitas				0,00
1	5	5	Beliches				0,00
1	5	6	Colchões				0,00
1	5	7	Travesseiros				0,00
1	5	8	Roupa de Cama				0,00
1	5	9	Lavanderia				0,00
1	5	10	Camas				0,00
1	5	11	Equipamento de Cozinha				0,00

1	6		Instalações Externas do Alojamento	R\$ 0,00
1	6	1	Águas Pluviais	0,00
1	6	2	Esgoto	0,00
1	6	3	Hidráulica	0,00
1	6	4	Elétrica	0,00
1	7		Instalações Para Obra	R\$ 0,00
1	7	1	Elétrica	0,00
1	7	2	Hidráulica	0,00
1	7	3	Manutenção Via Acesso	0,00
1	8		Despesa de Mobilização de Equipamentos	R\$ 0,00

Descrição				Quantidade			Num. Meses	R\$ / unidade	TOTAL
2	Custo Equipe de Gestão								R\$ 64.731,56
2	1		Pessoal Técnico	Quantidade	Num. Meses			R\$ / unidade	R\$ 20.456,00
2	1	1	Gerente de Contrato						0,00
2	1	2	Engenheiro Planejamento						0,00
2	1	3	Engenheiro Civil 90778 SINAPI	160,00	4,00	40h/mês	127,85		R\$ 20.456,00
2	1	4	Encarregado Seção Técnica						0,00
2	1	5	Técnico medição						0,00
2	1	6	Técnico de Qualidade						0,00
2	1	7	Técnico de Planejamento						0,00
			Leis Sociais Mês						R\$ 0,00

2	2		Pessoal Condutivo	Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade		R\$ 44.275,56
2	2	1	Mestre de Obras 94295 SINAPI	1,00	4,00	01/mês	11068,89	R\$ 44.275,56
2	2	2	Encarregado Formas					0,00
2	2	3	Encarregado de Armação					0,00
2	2	4	Encarregado de Obras					0,00
2	2	5	Encarregado Paviment/Terrapl					0,00
2	2	6	Encarregado de Alojamento					0,00
2	2	7	Encarregado de Inst. Hidráulica					0,00
2	2	8	Encarregado de Inst. Elétrica					0,00
2	2	9	Encarregado de Instalações					0,00
2	2	10	Encarregado de Serviços Gerais					0,00
			Leis Sociais Mês					0,00

2	3		Pessoal Administrativo	Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade		R\$ 0,00
2	3	1	Encarregado Administrativo					0,00
2	3	2	Assistente Administrativo					0,00
2	3	3	Auxiliar Administrativo					0,00
2	3	4	Chefe de Pessoal					0,00
2	3	5	Comprador					0,00
2	3	6	Almoxarife					0,00
2	3	7	Auxiliar Almoxarife I					0,00
2	3	8	Ferramenteiro					0,00
2	3	9	Auxiliar Almoxarife II					0,00
2	3	10	Encarregado de Transporte					0,00
2	3	11	Vigia					0,00
2	3	12	Zelador					0,00
2	3	13	Porteiro					0,00
2	3	14	Apontador					0,00
2	3	15	Vigilância Armada					0,00
2	3	16	Motorista administrativo					0,00
			Leis Sociais Mês					0,00

2	4		Pessoal Especializado	Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade		R\$ 0,00
2	4	1	Engenheiro de segurança					0,00
2	4	2	Téc de Segurança 100321 SINAPI					0,00
2	4	3	Técnico de enfermagem					0,00
2	4	4	Médico - MEIO HORÁRIO					0,00
2	4	5	Técnico de meio ambiente					0,00
2	4	6	Topografo					0,00
2	4	7	Ajudante de Topografia					0,00
2	4	8	Aux. Enfermagem					0,00
2	4	9	Mecânico de Oficina					0,00
			Leis Sociais Mês					0,00

2	5		Transporte de Pessoal (indireto = 12)	R\$ 0,00
2	5	1	Vale Transporte	
2	5	2	KOMBI	
2	5	3	Onibus	
2	6		Alimentação	R\$ 0,00
2	6	1		
2	6	2		
2	6	3	Jantar	
2	7		Moradia	R\$ 0,00
2	7	1	Pensões	0,00
2	7	2	República (Aluguel residência x 10 meses)	
2	7	3	Casa Engenheiro / Técnico	0,00
2	7	4	Mobiliário residências / manutenção	0,00
2	7	5	Mobilização / Desmobilização Pessoal	

Descrição			Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade	TOTAL
3			Custo de Equipamentos			R\$ -
3	10		Outros	Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade
3	10	1	Sinalização de obra			R\$ 0,00

Descrição			Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade	TOTAL
4			Custos Diversos			R\$ 0,00
4	1		Comunicação	Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade
4	1	1	Telefone			0,00
4	1	2	Rádio			0,00
4	2		Viagens	Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade
4	2	1	01 Engenheiro			0,00
4	2	2	Encarregados			0,00
4	2	3	Pessoal Restante			0,00
4	2	4	Viagens Recrutamento			0,00
4	3		Consumo de Água / Luz / Tel	Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade
4	3	1	Obra			0,00
4	3	2	Canteiro			
4	3	3	Alojamento			0,00
4	3	4	Escritório			0,00
4	4		Controle Tecnológico	Quantidade	Num. Meses	R\$ / unidade
4	4	1	Ensaio laboratório solo/concreto/asfalto			0,00
4	4	2	Solos			0,00
4	4	3	Concreto			0,00
4	4	4	Aço			0,00
4	4	5	Materiais Diversos			0,00

Rio do Sul/SC, 30 de outubro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
CREA/SC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL

Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ ÂÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO

COMPOSIÇÃO 01							Valores expressos em Reais (R\$)
Serviço: Retirada dos Cabos		Unid: m	Produção da Equipe:		3,50000	M/H	
Código	Equipamentos	Qtde	Prod	Improd	Prod	Improd	Custo Horário
IPPUJ: I30.05.05.15.345	Trator agrícola (Pot.:77 kw / diesel)	1,00	1,00	0,10	107,24	20,00	109,24
Total:							109,24
Código	Mao de Obra	Quant.	Salário/hora	Custo Horário			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,65	38,73	25,1745			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	2,00	31,14	62,28			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	22,80	22,80			
Custo Horário da Mão-de-obra:							110,25
Custo Unitário de Execução:							62,71
Código	Material	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.		
			Und.		0,00		
			Und.		0,00		
Custo Total das Atividades							0,00
Código	Atividades Auxiliares	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.		
					0,00		
					0,00		
Custo Total das Atividades							0,00
Código	Transporte de Materiais	Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário		
					0,00		
					0,00		
Custo Total das Atividades							0,00
Código	Transporte de Materiais Produzidos / Comerciais	Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário		
					0,00		
					0,00		
Custo Total Transporte							0,00
Custo Unitário Direto Total							62,70
LDI: 0,00%							0,00
Preço de Venda							Preço Unitário Total 62,70

COMPOSIÇÃO 02							Valores expressos em Reais (R\$)
Serviço: Colocação dos Cabos de aço principal diametro de 29,00 mm (1.1/8) 6x25 Alma de Aço Polido - TRD, materiais, mão de obra de montagens e elevação, pressilhas, insumos, etc.		Unid: m	Produção da Equipe: 3,00 m/h				
Código	Equipamentos	Qtde	Prod	Improd	Prod	Improd	Custo Horário
IPPUJ: I30.05.05.15.345	Trator agrícola (Pot.:77 kw / diesel)	1,00	1,00	0,10	107,24	20,00	109,24
Total:							109,24
Código	Mao de Obra	Quant.	Salário/hora	Custo Horário			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,65	38,73	25,1745			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	2,00	31,4231,14	#VALOR!			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	22,80	22,80			
Custo Horário da Mão-de-obra:							#VALOR!
Custo Unitário de Execução:							42,72
Código	Material	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.		
MED07	Grampo pesado	0,120	Und.	67,02	8,04		
					0,00		
Custo Total das Atividades							8,04
Código	Atividades Auxiliares	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.		
					0,00		
					0,00		
Custo Total das Atividades							0,00
Código	Transporte de Materiais	Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário		
					0,00		
					0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL

Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ ÁÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO

					Custo Total das Atividades	0,00
Código	Transporte de Materiais Produzidos / Comerciais	Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário	
						0,00
						0,00
					Custo Total Transporte	0,00
					Custo Unitário Direto Total	50,75
					LDI: 0,00%	0,00
Preço de Venda					Preço Unitário Total	50,75

COMPOSIÇÃO 03

Serviço: Cabo de aço dos pendurais diametro de 10 mm (3/8") - 6x19 AACI - Filler-polido, materiais, mão de obra de montagens e elevação, pressilhas, insumos, etc.

Unid: m

Valores expressos em Reais (R\$)

Produção da Equipe: 1,50 m/h

Código	Equipamentos	Qtde	Prod	Improd	Prod	Improd	Custo Horário
							0,00
Total:							0,00
Código	Mao de Obra				Quant.	Salário/hora	Custo Horário
SINAPI COMPOSIÇÕES - 90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				0,65	38,73	25,1745
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				2,00	31,14	62,28
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				1,00	22,80	22,80
Custo Horário da Mão-de-obra:							110,25
Custo Unitário de Execução:							22,05
Código	Material			Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.
SICRO M0018	Grampo pesado em aço-carbono para cabo de aço			0,210	Und.	17,47	3,67
Custo Total das Atividades							3,67
Código	Atividades Auxiliares			Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.
							0,00
							0,00
Custo Total das Atividades							0,00
Código	Transporte de Materiais			Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário
							0,00
							0,00
Custo Total das Atividades							0,00
Código	Transporte de Materiais Produzidos / Comerciais			Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário
							0,00
							0,00
Custo Total Transporte							0,00
Custo Unitário Direto Total							25,71
LDI: 0,00%							0,00
Preço de Venda							Preço Unitário Total 25,71

COMPOSIÇÃO 04

Serviço: Aparelho de fixação dos pendurais ao tabuleiro - montagens e insumos, etc.

Unid: uni

Valores expressos em Reais (R\$)

Produção da Equipe: 1,50 unid./h

Código	Equipamentos	Qtde	Prod	Improd	Prod	Improd	Custo Horário
							0,00
							0,00
Total:							0,00
Código	Mao de Obra				Quant.	Salário/hora	Custo Horário
SINAPI COMPOSIÇÕES - 90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				0,65	38,73	25,1745
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				2,00	31,42	62,84
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				1,00	22,80	22,80
Custo Horário da Mão-de-obra:							110,81
Custo Unitário de Execução:							73,87
Código	Material			Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.
SICRO M0019	Esticador em aço tipo olhal x olhal para cabo de aço - D = 13 mm			1,000	Und.	160,60	160,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL

Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ ÀÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO

SICRO M0018	Grampo pesado em aço-carbono para cabo de aço	3,000	Und.	17,47	52,41
SINAPI INSUMOS - 00004336	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 3", *12,6 A *14 MM, D = 3" A 3 3/4"	2,0000	Und.	7,27	14,54
				Custo Total das Atividades	227,55
Código	Atividades Auxiliares	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.
					0,00
					0,00
				Custo Total das Atividades	0,00
Código	Transporte de Materiais	Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário
					0,00
					0,00
				Custo Total das Atividades	0,00
Código	Transporte de Materiais Produzidos / Comerciais	Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário
					0,00
					0,00
				Custo Total Transporte	0,00
				Custo Unitário Direto Total	301,41
				LDI: 0,00%	0,00
Preço de Venda				Preço Unitário Total	301,41

COMPOSIÇÃO 05

Valores expressos em Reais (R\$)

Serviço: Montagem das Madeiras do tabuleiro

Unid: uni

Produção da Equipe: 0,03 unid./h

Código	Equipamentos	Qtde	Prod	Improd	Prod	Improd	Custo Horário
							0,00
							0,00
Total:							0,00
Código	Mão de Obra	Quant.	Salário/hora	Custo Horário			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,65	38,73	25,1745			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	2,00	31,42	62,84			
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	22,80	22,80			
				Custo Horário da Mão-de-obra:			110,81
				Custo Unitário de Execução:			3693,82
Código	Material	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.		
SINAPI INSUMOS - 00004336	Pregos	50,0000	kg	7,27	363,50		
				Custo Total das Atividades			363,50
Código	Atividades Auxiliares	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.		
				Custo Total das Atividades			0,00
Código	Transporte de Materiais	Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário		
				Custo Total das Atividades			0,00
Código	Transporte de Materiais Produzidos / Comerciais	Ton./Un. Serv.	Dista Média (km)	Custo/km	Custo Unitário		
				Custo Total Transporte			0,00
				Custo Unitário Direto Total			4.057,31
				LDI: 0,00%			0,00
Preço de Venda				Preço Unitário Total			4.057,31

COMPOSIÇÃO 06

Valores expressos em Reais (R\$)

Serviço: Tela alambrado malha 5 x 5 cm, fio nº 14 BWG - Galvanizado

Unid: m²

Produção da Equipe: 1,00 m²/h

Código	Equipamentos	Qtde	Prod	Improd	Prod	Improd	Custo Horário
							0,00
							0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL

Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJÁI ÀÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO

				Total:	0,00
Código	Mao de Obra	Quant.	Salário/hora	Custo Horário	
SINAPI COMPOSIÇÕES -88315	serralheiro	0,20	31,14	6,228	
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,70	31,42	21,99	
SINAPI COMPOSIÇÕES - 88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,70	22,80	15,96	
				Custo Horário da Mão-de-obra:	44,18
				Custo Unitário de Execução:	22,09
Código	Material	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.
			m²		
			kg		
			kg		
				Custo Total das Atividades	0,00
Código	Atividades Auxiliares	Quant.	Und.	preço unit.	C. unit.
			0	0,00	0,00
					0,00
				Custo Total das Atividades	0,00
Código	Transporte de Materiais	Ton./Un. Serv.	Distância Média (km)	Custo/km	Custo Unitário
			125,00	7,00	2,26
					0,00
				Custo Total das Atividades	2,26
Código	Transporte de Materiais Produzidos / Comerciais	Ton./Un. Serv.	Distância Média (km)	Custo/km	Custo Unitário
					0,00
					0,00
				Custo Total Transporte	0,00
				Custo Unitário Direto Total	24,35
				LDI: 0,00%	0,00
Preço de Venda				Preço Unitário Total	24,34

Rio do Sul/SC, 30 de outubro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
CREA/SC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Cronograma Físico Financeiro

Descrição: RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL

Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ ÁÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO SANTA GALO

ITEM	DESCRIÇÃO	Período (dias)		30	60	90	120
		Medição		1ª Med	2ª Med	3ª Med	4ª Med
1	SERVIÇOS INICIAIS 187.029,96	%	PREVISTO	100,00%			
		R\$	PREVISTO	187.029,96			
2	SUPRAESTRUTURA 214.177,64	%	PREVISTO		40,00%	30,00%	30,00%
		R\$	PREVISTO		85.671,05	64.253,29	64.253,29
3	0 12.036,23	%	PREVISTO	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
		R\$	PREVISTO	3.009,06	3.009,06	3.009,06	3.009,06
TOTAL PREVISTO		%		45,99%	21,46%	16,28%	16,28%
PARCIAL		R\$		190.039,02	88.680,11	67.262,35	67.262,35
TOTAL PREVISTO		%		45,99%	67,45%	83,72%	100,00%
ACUMULADO		R\$		190.039,02	278.719,13	345.981,48	413.243,83

Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ ÁÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO SANTA GALO

Rio do Sul/SC, 30 de outubro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
CREA/SC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL						
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
Descrição:	RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL				Valores expressos em Reais (R\$)	
Obra:	Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ ÁÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO				Data Base do Orçamento: Outubro/2023	
Data Base do Referencial de Preço : SINAPI / SETEMBO 2023 NÃO DESONERADA - SICRO JAN 2023						
QUADRO DE QUANTIDADES E DE PREÇOS						
Código	Descrição	Unid.	Quantidade	Preço Unitário (s/ BDI)Valor R\$	Preço Unitário (c/ BDI)Valor R\$	Preço Total Valor Total
1	SERVIÇOS INICIAIS					
SINAPI COMPOSIÇÕES - 98459	Tapume com telha metálica	m²	84,00	194,02	248,35	20.861,03
SINAPI COMPOSIÇÕES - 93212	Sanitário	m²	4,50	1.273,79	1.630,45	7.337,03
SINAPI COMPOSIÇÕES - 93208	Abrigo provisório	m²	27,00	1.298,78	1.662,44	44.885,84
SINAPI COMPOSIÇÕES - 104801	Retirada de alambrado de tela galv.	m²	408,00	15,76	20,17	8.230,50
SINAPI COMPOSIÇÕES - 97650	Retirada Estrutura Madeira sem Reaproveitamento	m²	204,00	8,36	10,70	2.182,96
COMPOSIÇÃO 01	Retirada dos Cabos	m	1.290,00	62,70	80,26	103.532,60
				TOTAL DO GRUPO		187.029,96
3	OBRAS DE ARTES ESPECIAIS					
	SUPRAESTRUTURA					
COMPOSIÇÃO 02	Serviço de reposicionamento de cabo de aço principal diametro de 29,00 mm (1.1/8) 6x25 Alma de Aço Polido - TRD, materiais, mão de obra de montagens e elevação, pressilhas, insumos, etc.	m	1290,00	50,75	64,96	83.802,36
COMPOSIÇÃO 03	Montagem dos Cabos de aço dos pendurais diametro de 10 mm (3/8") - 6x19 AACI - Filler-polido, materiais, mão de obra de montagens e elevação, pressilhas, insumos, etc.	m	604,00	25,71	32,91	19.875,91
COMPOSIÇÃO 04	Aparelho de fixação dos pendurais ao tabuleiro - montagens e insumos, etc.	und	240,00	301,41	385,81	92.594,18
COMPOSIÇÃO 05	Montagem da Madeira do tabuleiro	und	1,00	4.057,31	5.193,35	5.193,35
COMPOSIÇÃO 06	Tela alambrado malha 5 x 5 cm, fio nº 14 BWG - Galvanizado	m²	408,00	24,34	31,16	12.711,83
				TOTAL DO GRUPO		214.177,64
4	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA					
				TOTAL DO GRUPO		12.036,23
				TOTAL GERAL		R\$ 413.243,83

Rio do Sul/SC, 30 de outubro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
CREA/SC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Descrição:	RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL	Valores expressos em Reais (R\$)
Variação:	Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ AÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO	Data Base do Orçamento: Setembro/2023

MEDIANAS DE MERCADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	CUSTO DE MERCADO 01		CUSTO DE MERCADO 02		CUSTO DE MERCADO 03		MEDIANA DE MERCADO
			EMPRESA	R\$/UND	EMPRESA	R\$/UND	EMPRESA	R\$/UND	
MED07	Grampo de 29 mm	pc	DELTA	R\$ 85,00	SILVA	R\$ 65,30	DELU	R\$ 67,02	R\$ 67,02
EMPRESA:	CABOS DE AÇO SC	EMPRESA:	SIVA Indústria e Comércio de Artefatos de Arame e Aço Ltda.			EMPRESA:	DELU IMPORTACAO E COMERCIO ATACADISTA LTDA		
CNPJ:	10.556.094/0001-33	CNPJ:	62.576.749/0001-39			CNPJ:	08.266.871/0001-63		
ENDEREÇO:	Rua Galatéia, 1.701 – Bairro Vila Guilherme - São Paulo/SP – Cep: 02068-000	ENDEREÇO:	SIVA Indústria e Comércio de Artefatos de Arame e Aço Ltda.			ENDEREÇO:	RUA ORLANDO FERREIRA, 1598 - MACHADOS, CEP: 88.371-448 - NAVEGANTES - SANTA		
TELEFONE:	47-3521-6071	TELEFONE:				TELEFONE:			
CONTATO:		CONTATO:				CONTATO:			
EMAIL:		EMAIL:				EMAIL:			
DATA:	17/10/2023	DATA:	18/10/2023			DATA:	16/10/2023		

MEDIANAS DE MERCADO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	CUSTO DE MERCADO 01		CUSTO DE MERCADO 02		CUSTO DE MERCADO 03		MEDIANA DE MERCADO
			EMPRESA	R\$/UND	EMPRESA	R\$/UND	EMPRESA	R\$/UND	
MED08	COTAÇÃO DE CHAPA METÁLICA - 0,80x4,00m x 12,5mm(espessura)	m	MADS	R\$ 3.100,00	LONTRENSE	R\$ 3.750,00	VIEIRA	R\$ 3.825,00	R\$ 3.750,00
EMPRESA:	MADS ESTRUTURAS METALICAS	EMPRESA:	Calhas Lontrense			EMPRESA:	VIEIRA ENGENHARIA E PROJETOS METÁLICOS		
CNPJ:	33.792.739/0001-32	CNPJ:	17.200.542/0001-00			CNPJ:	41.488.932/0001-02		
ENDEREÇO:	Rua Expedicionarioo Aleandro Stedille, 1650 - Bairro Itoupva	ENDEREÇO:	Rua Pascoal Conte, 1771 - Bairro Jardim Primavera -			ENDEREÇO:	Rua Nicolau Reiter, 502 - Bairro Escola Agrícola -		
TELEFONE:		TELEFONE:				TELEFONE:			
CONTATO:		CONTATO:				CONTATO:			
EMAIL:		EMAIL:				EMAIL:			
DATA:	17/10/2023	DATA:	18/10/2023			DATA:	16/10/2023		

Rio do Sul/SC, 30 de outubro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
CREA/SC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Planilha Composição da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI)

Descrição: RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL

Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ ÂÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO

Identificação da Taxa (Exemplos)	% considerado sobre o Custo Unitário
Imprevistos e Riscos eventuais	5,00%
Administração central da empresa	3,00%
Custos financeiros	5,00%
Seguros e garantias	2,00%
Impostos	11,00%
Lucro	2,00%
TOTAL	28,00%

Rio do Sul/SC, 30 de outubro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
CREA/SC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL						
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA						
Descrição:	RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL				Valores expressos em Reais (R\$)	
Obra:	Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ AÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO				Data Base do Orçamento: Outubro/2023	
Data Base do Referencial de Preço : SINAPI / SETEMBO 2023 NÃO DESONERADA - SICRO JAN 2023						
QUADRO DE QUANTIDADES E DE PREÇOS						
Código	Descrição	Unid.	Quantidade	Preço Unitário (s/ BDI)Valor R\$	Preço Unitário (c/ BDI)Valor R\$	Preço Total Valor Total
1	SERVIÇOS INICIAIS					
SINAPI COMPOSIÇÕES - 98459	Tapume com telha metálica	m²	84,00	194,02	248,35	20.861,03
SINAPI COMPOSIÇÕES - 93212	Sanitário	m²	4,50	1.273,79	1.630,45	7.337,03
SINAPI COMPOSIÇÕES - 93208	Abrigo provisório	m²	27,00	1.298,78	1.662,44	44.885,84
SINAPI COMPOSIÇÕES - 104801	Retirada de alambrado de tela galv.	m²	408,00	15,76	20,17	8.230,50
SINAPI COMPOSIÇÕES - 97650	Retirada Estrutura Madeira sem Reaproveitamento	m²	204,00	8,36	10,70	2.182,96
COMPOSIÇÃO 01	Retirada dos Cabos	m	1.290,00	62,70	80,26	103.532,60
				TOTAL DO GRUPO		187.029,96
3	OBRAS DE ARTES ESPECIAIS					
	SUPRAESTRUTURA					
COMPOSIÇÃO 02	Serviço de reposicionamento de cabo de aço principal diametro de 29,00 mm (1.1/8) 6x25 Alma de Aço Polido - TRD, materiais, mão de obra de montagens e elevação, pressilhas, insumos, etc.	m	1290,00	50,75	64,96	83.802,36
COMPOSIÇÃO 03	Montagem dos Cabos de aço dos pendurais diametro de 10 mm (3/8") - 6x19 AACI - Filler-polido, materiais, mão de obra de montagens e elevação, pressilhas, insumos, etc.	m	604,00	25,71	32,91	19.875,91
COMPOSIÇÃO 04	Aparelho de fixação dos pendurais ao tabuleiro - montagens e insumos, etc.	und	240,00	301,41	385,81	92.594,18
COMPOSIÇÃO 05	Montagem da Madeira do tabuleiro	und	1,00	4.057,31	5.193,35	5.193,35
COMPOSIÇÃO 06	Tela alambrado malha 5 x 5 cm, fio nº 14 BWG - Galvanizado	m²	408,00	24,34	31,16	12.711,83
				TOTAL DO GRUPO		214.177,64
4	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA					
				TOTAL DO GRUPO		12.036,23
				TOTAL GERAL		R\$ 413.243,83

Rio do Sul/SC, 30 de outubro de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
CREA/SC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Descrição: RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ AÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO

QUANTITATIVO DA OBRA:

Tapume com telha metálica

Cabeceira ao lado da rodovia				
comp.	altura	quant.	área	
25,00	2,00	1,00	50,00	
Cabeceira do outro lado da rodovia				
comp.	altura	quant.	área	
17,00	2,00	1,00	34,00	
total			84,00	m2

Sanitário

comp.	larg.	quant.	área	
3,00	1,50	1,00	4,50	m2

Abrigo provisório

comp.	larg.	quant.	área	
9,00	3,00	1,00	27,00	m2

Retirada de alambrado de tela galv.
--

comp.	larg.	quant.	área	
120,00	1,70	2,00	408,00	m2

Retirada Estrutura Madeira sem Reaproveitamento
--

comp.	larg.	quant.	área	
120,00	1,70	1,00	204,00	m2

Retirada dos Cabos

CABOS SUPERIORES

comp.	quant.	área	
155,00	6,00	930,00	m

CABOS INFERIORES

comp.	quant.	área	
120,00	3,00	360,00	m

TOTAL	1290,00	m
-------	---------	---

Aparelho de fixação dos pendurais ao tabuleiro - montagens e insumos, etc.

Tem um cabo por metro linear, sendo um aparelho por cabo.

comp.	quant.	lados	área
-------	--------	-------	------

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Descrição: RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL
Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ AÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO

120,00	1,00	2,00	240,00	unid.
--------	------	------	--------	-------

Tela alambrado malha 5 x 5 cm, fio nº 14 BWG - Galvanizado

comp.	larg.	quant.	área
120,00	1,70	2,00	408,00
			m2

Supraestrutura

Cabo de aço principal diametro de 29,00 mm (1.1/8) 6x25 Alma de Aço Polido - TRD

CABOS SUPERIORES

comp.	quant.	metros
155,00	6,00	930,00 m

CABOS INFERIORES

comp.	quant.	metros
120,00	2,00	240,00 m

TOTAL	1170,00
-------	---------

abo de aço dos pendurais diametro de 10 mm (3/8") - 6x19 AACI - Filler-polido

comp.	sobra	total	quant.	total
8,30	1,20	9,50	4,00	38,00
7,80	1,20	9,00	4,00	36,00
7,30	1,20	8,50	4,00	34,00
6,90	1,20	8,10	4,00	32,40
6,60	1,20	7,80	4,00	31,20
5,10	1,20	6,30	4,00	25,20
5,70	1,20	6,90	4,00	27,60
5,40	1,20	6,60	4,00	26,40
5,00	1,20	6,20	4,00	24,80
4,70	1,20	5,90	4,00	23,60
4,30	1,20	5,50	4,00	22,00
4,00	1,20	5,20	4,00	20,80
3,80	1,20	5,00	4,00	20,00
3,50	1,20	4,70	4,00	18,80
3,30	1,20	4,50	4,00	18,00
3,10	1,20	4,30	4,00	17,20
2,80	1,20	4,00	4,00	16,00
2,60	1,20	3,80	4,00	15,20
2,50	1,20	3,70	4,00	14,80
2,30	1,20	3,50	4,00	14,00
2,10	1,20	3,30	4,00	13,20
1,90	1,20	3,10	4,00	12,40
2,10	1,20	3,30	4,00	13,20
1,90	1,20	3,10	4,00	12,40
2,10	1,20	3,30	4,00	13,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Descrição: RECONSTRUÇÃO DE TABULEIRO DE PONTE PENCIL
Ponte - PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ AÇU LIGANDO BAIRRO JARDIM
AMÉRICA AO BAIRRO CANTA GALO

1,90	1,20	3,10	4,00	12,40
2,10	1,20	3,30	4,00	13,20
1,90	1,20	3,10	4,00	12,40
2,10	1,20	3,30	4,00	13,20
1,90	1,20	3,10	4,00	12,40
total				604,00 m

Madeira de eucalipto tratado em auto clave

MEDIANA 02

PRANCHA EUCALIPTO TRATADO 20CMX40MMX1,70M

Madeira que fica em das linhas de prancha que ficam apoiadas nos barrotes

comp.	largura da prancha	área
120,00	0,20	660 pç

MEDIANA 03

PRANCHA EUCALIPTO TRATADO 20CMX40MMX4,00M

Pranchas que ficam apoiadas sobre os barrotes.

perpendicular ao trânsito.

linhas	quant.	Comp. Linha	área
120,00	3,00	1,00 4,00	99 pç

MEDIANA 04

CAIBRO EUCALIPTO TRATADO 7X15X2.00M

Em todos os pendurais serão colocados barrotes suspensos com os

cabos e apoiando as pranchas de 20 cm no comprimento

comp.	quant	área
120,00	1,00	132 pç

Tela alambrado malha 5 x 5 cm, fio nº 14 BWG - Galvanizado

comp.	larg.	quant.	área
120,00	1,70	2,00	408,00 m2

Rio do Sul/SC, 30 de outubro de 2023

MAURICIO BEZERRA
CAVALCANTI
FILHO:62583549715

Assinado de forma digital por
MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI
FILHO:62583549715

Dados: 2025.02.05 14:38:51 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RESPONSÁVEL TÉCNICO:
CREA/SC: